

INCLUSÃO EDUCACIONAL NO IFRJ – RELATO DO PROJETO DE MONITORIA ACADÊMICA

Amanda Carlou ¹
Andréa Nascimento ²

RESUMO

Este trabalho é um relato de experiência descritivo. Tem como objetivo principal apresentar a Política de Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) como base para implementação do programa de monitoria acadêmica em inclusão. O estudo busca descrever as ações desenvolvidas pelo projeto e os resultados alcançados em relação à inclusão educacional de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) no IFRJ. A Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015) tem como um de seus princípios não apenas promover a igualdade de oportunidades e valorizar a diversidade, mas, também, contribuir significativamente para a formação cidadã, contribuindo para que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade. O projeto de monitoria acadêmica em inclusão do IFRJ surge a partir da implementação da Política de Educação Especial Inclusiva dessa instituição e visa oportunizar atendimento aos estudantes com NEE, assim como oferecer ampliação da formação dos estudantes monitores na área de educação especial. Deste modo, são selecionados através de edital interno, estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação do IFRJ. Estes estudantes recebem formação e acompanhamento da Coordenação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com NEE (CONAPNE) e atuam auxiliando os estudantes com NEE, sempre orientados pelos coordenadores deste setor. Os dados iniciais indicam que o projeto tem contribuído para: ampliação da formação do estudante monitor; melhora no rendimento dos estudantes com NEE; melhora na autoestima do estudante monitor e estudante com NEE; maior engajamento dos professores sobre as necessidades dos estudantes. Considerando que o projeto ainda está na sua fase inicial, é necessário acompanhamento das ações desenvolvidas para uma análise mais criteriosa sobre os impactos do projeto. No entanto, considera-se que esta ação tem colaborado para maior conscientização sobre as questões relacionadas à inclusão educacional no IFRJ.

Palavras-chave: Monitoria acadêmica, Inclusão, Política Inclusiva, Educação Especial.

¹ Doutora em Educação e Pedagogia do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ, amanda.santos@ifrj.edu.br;

² Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana/ UERJ e docente de disciplinas pedagógicas do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ/ Campus Duque de Caxias, andrea.nascimento@ifrj.edu.br.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional tem se tornado um dos pilares fundamentais nas políticas públicas para a educação no Brasil, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) vem desenvolvendo ações que visam garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes. Em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015), que estabelece a promoção da igualdade de igualdade e a valorização da diversidade, o IFRJ implementou a Política de Educação Especial Inclusiva, através Resolução CONSUP/IFRJ nº 125, de 05 de junho de 2023, com o intuito de garantir que os estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) possam acessar e progredir em suas trajetórias acadêmicas. Nesse contexto, o projeto de monitoria acadêmica em inclusão surge como uma iniciativa inovadora que busca fortalecer as práticas inclusivas dentro da instituição.

O IFRJ, uma instituição de ensino federal, cujo ensino verticalizado oferece desde cursos técnicos de nível médio a cursos de pós-graduação, tem um papel central na formação de profissionais que atuam em diversas áreas do conhecimento. Como parte do seu compromisso com a educação pública e de qualidade, o IFRJ desenvolve políticas que ampliam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas, buscando a construção de uma sociedade justa e inclusiva.

O programa de monitoria acadêmica ora apresentado foi inspirado na experiência do campus Duque de Caxias (CDuC) do IFRJ, iniciada em 2022, através da implantação da monitoria acadêmica para mediação do processo ensino aprendizagem de estudantes com deficiência e NEE, sob a supervisão e desenho metodológico da CONAPNE (CDuC). Os resultados desta experiência local apontam para a contribuição neste processo mencionado bem como impactam positivamente na formação inicial dos professores (MELLO et. al., 2023), (LANA et. al., 2023), (RAMOS, SILVA e NASCIMENTO, 2023) e (CARLOU e NASCIMENTO, 2024).

Pelo exposto, o programa de monitoria acadêmica em inclusão, de abrangência sistêmica, foi criado para apoiar diretamente os estudantes com NEE, com objetivo de promover um ambiente educacional acolhedor e acesso a todos os cursos oferecidos no IFRJ.

A justificativa para a implementação deste programa está diretamente relacionada à necessidade de oferecer suporte pedagógico contínuo aos estudantes com NEE, permitindo que eles se sintam mais incluídos no ambiente acadêmico e tenham as

ferramentas possíveis para alcançar seus objetivos educacionais. Além disso, a formação de monitores acadêmicos na área de educação especial não visa apenas ampliar o conhecimento desses estudantes sobre o tema, mas também os sensibiliza sobre a importância de uma educação cidadã, promovendo a construção de uma cultura institucional que valoriza a diversidade e respeita as diferenças.

O objetivo principal deste artigo é apresentar as ações desenvolvidas no âmbito do programa de monitoria acadêmica em inclusão do IFRJ, bem como descrever os resultados iniciais apresentados. Através de um relato de experiência, este trabalho busca contribuir com uma literatura sobre práticas inclusivas no ensino médio e superior, destacando a relevância de iniciativas como esta para a formação de profissionais mais preparados e conscientes sobre a cidadania e a diversidade. Além disso, o artigo pretende discutir os desafios e as potencialidades da implementação de projetos de inclusão, com base na experiência vivenciada no IFRJ, oferecendo subsídios para a continuidade e aperfeiçoamento dos profissionais da educação.

METODOLOGIA

Este estudo apresenta um relato de experiência sobre o programa de monitoria acadêmica em inclusão educacional do IFRJ. Deste modo, este trabalho permite a apresentação crítica da experiência e suas intervenções científicas e/ ou profissionais (MUSSI, FLORES, ALMEIDA, 2021).

Este relato tem caráter descritivo e apresenta a trajetória metodológica percorrida pelo IFRJ para a implementação do programa de monitoria acadêmica em inclusão educacional. Serão descritas todas as etapas e atividades realizadas para implementação do programa, bem como as ações envolvidas durante as ações de monitoria educacional a partir de um grupo de trabalho composto por 16 servidores, com suas diferentes áreas de atuação - Assistência Social, Psicologia, Enfermagem, Pedagogia, Interpretação e Tradução em Libras, docência das diversas áreas do conhecimento - que exercem a função de coordenadores dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas dos seus respectivos campi do IFRJ, incluindo a coordenação geral vinculada à Pró-Reitoria de Extensão (Proex) deste instituto.

Compreendendo a potência da escrita coletiva, através da perspectiva de sua área de formação e atuação, cada coordenador contribuiu para a elaboração do edital, lançado pela Proex no início de 2024. Este documento explicitou:

a) A finalidade do programa de monitoria: auxiliar os (as) estudantes, público alvo da Educação Especial Inclusiva; estimular a cooperação na comunidade acadêmica; contribuir para sua formação inicial profissional no que se refere aos conhecimentos na área de diversidade e inclusão social.

b) As atribuições da atividade em tela: assiduidade, pontualidade, atuação em parceria com docentes, apoio ao estudante quanto ao acesso a recursos pedagógicos e contribuição no processo de ensino aprendizagem através da mediação acadêmica.

c) As vagas disponíveis (inicialmente, 90 vagas distribuídas pelos campi do IFRJ).

d) Os requisitos gerais para o exercício da monitoria: estar matriculado no IFRJ, não receber outro tipo de bolsa, apresentar disponibilidade para esta atividade.

e) Os procedimentos para a inscrição: através de formulário disponível no formato online.

f) Os critérios de seleção: entrevista de caráter eliminatório e classificatório onde foram avaliados os seguintes tópicos: disponibilidade, descrição de experiências relacionadas à área da Educação Inclusiva, domínio do conteúdo programático (Lei n.º 9.394/96 e Lei n.º 13.146/ 2015) e fluência na apresentação oral.

g) As avaliações: arguição realizada por banca examinadora, com duração entre 10 e 20 minutos, através de entrevistas no formato virtual.

h) A divulgação dos resultados: divulgação do resultado em ordem decrescente.

i) As respectivas disposições gerais: informações sobre pagamento da bolsa de monitoria, apresentação de documentos para início das atividades.

j) E seus anexos (quadro de vagas, conteúdo programático e cronograma).

O critério de distribuição de vagas foi discutido em reunião sistêmica dos coordenadores e está relacionado tanto ao número de estudantes atendidos, quanto à necessidade educacional específica e a natureza do curso em que estão matriculados (alguns cursos apresentam carga horária maior, aumento de demanda em atividades laboratoriais, o que requer um maior número de mediadores).

A princípio, foram destinadas 90 bolsas para monitoria acadêmica previstas nos recursos financeiros do IFRJ, distribuídas por seus campi, conforme exposto no Edital Proex/ IFRJ n° 07/ 2024.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão é um conceito central no arcabouço legal e nas políticas públicas que versam sobre a educação no Brasil. Assim, refere-se ao processo de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais, econômicas, físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais, tenham acesso a uma educação de qualidade e possam participar plenamente do ambiente escolar. Esse princípio é embasado no reconhecimento da diversidade como um elemento enriquecedor do processo educativo e na valorização do potencial de cada indivíduo, com o intuito de eliminar barreiras ao aprendizado e à participação. A inclusão educacional visa, portanto, transformar o ambiente escolar em um espaço acessível e acolhedor, onde as diferenças são respeitadas e valorizadas, promovendo o desenvolvimento de todos os estudantes.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) foi o primeiro marco legal a estabelecer o direito à educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente de suas características. No artigo 208, inciso III, é garantido o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esse princípio foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/ 1996 que, em seu artigo 58, assegura o direito dos estudantes com necessidades específicas à educação em instituições regulares, além de prever o apoio de serviços especializados. A LDBEN inaugura a educação especial, na previsão legal do Brasil, como uma modalidade transversal a todos os níveis de ensino, que reforça a necessidade de organizá-la para atender às características dos alunos, estabelecendo o alicerce para a construção de políticas inclusivas nas escolas brasileiras.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008 (BRASIL, 2008), é outro documento fundamental no cenário da inclusão educacional no Brasil. Essa política orienta a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular, garantindo-lhes o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular.

A política de 2008, relançada em 2023, reafirma a importância de promover ajustes pedagógicos e estruturais para atender às necessidades educacionais específicas, sendo uma das bases para a implementação de projetos que favoreçam a inclusão, como o projeto de monitoria acadêmica do IFRJ.

Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, fortaleceu o arcabouço legal em torno da inclusão, estabelecendo um marco fundamental para a garantia de direitos das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A lei amplia o conceito de acessibilidade, incluindo as dimensões atitudinal, comunicacional, pedagógica e física, e reforça o papel das instituições de ensino em promover flexibilizações necessárias para que todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência, possam participar plenamente do ambiente escolar. Essas legislações fornecem as bases para o desenvolvimento de projetos educacionais inclusivos, como o de monitoria acadêmica em inclusão do IFRJ, que busca garantir igualdade de oportunidades, valorizar a diversidade e promover o sucesso escolar dos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas.

A LBI prevê em seu artigo 28, inciso XVII, a oferta de profissionais de apoio escolar. No entanto, no que concerne à atividade de mediação acadêmica, ainda não há consenso na comunidade acadêmica e no mundo do trabalho, bem como não há normativa sobre o exercício profissional do mediador escolar (certificação, perfil profissional e área de atuação). Neste sentido, cada instituição (pública ou privada) organiza-se a partir de seus recursos e de suas experiências.

Importante ressaltar que o estudante com deficiência e/ ou NEE e sua família não podem ser responsáveis pela garantia de profissionais de apoio escolar (seja mediador, intérprete de Libras, revisor de Braille, professor de atendimento educacional especializado etc). Cabe à instituição (pública ou privada) estabelecer a garantia dos profissionais que atendam as demandas educacionais destes estudantes, conforme exposto nas legislações citadas.

Sobre a monitoria acadêmica, esta já se constitui uma prática nas instituições federais para a realização de reforço acadêmico das disciplinas por estudantes que se destacam no estudo de cada uma delas. Assim, para Oliveira e Vosgerau (2021), compreende-se que a atividade rompe a lógica do professor enquanto único mediador do conhecimento.

As autoras citadas acima realizaram uma pesquisa no formato levantamento bibliográfico sobre a atividade de monitoria acadêmica no contexto brasileiro e concluíram que seus resultados das pesquisas analisadas demonstram os benefícios da atividade: superação das dificuldades de aprendizagem; construção e socialização do conhecimento e colaboração entre pares (OLIVEIRA E VOSGERAU, 2021).

Dito isto, no contexto do IFRJ, foi possível redesenhar a proposta da monitoria acadêmica ao objetivo mais abrangente de inclusão educacional às pessoas com deficiência e/ ou NEE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa de monitoria acadêmica em inclusão educacional foi idealizado para atender às necessidades dos estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRJ e, além disso, oportunizar ampliação da formação dos estudantes dos cursos de graduação oferecidos pela instituição. O programa tem como objetivo contribuir com a formação de estudantes com e sem necessidades educacionais específicas.

Inicialmente, foi elaborada uma minuta com os objetivos do projeto para ser apreciada pela gestão do IFRJ. Após análise das condições necessárias para a implementação da proposta, o programa foi aprovado pelos gestores (reitor e pró-reitores) do IFRJ, com destinação de recurso financeiro para pagamento das bolsas aos monitores integrantes.

Em seguida, realizou-se a elaboração do edital de seleção de monitores, em conjunto com os coordenadores dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades específicas do IFRJ (CONAPNE), onde foram estabelecidos critérios para seleção dos candidatos.

Para as 90 vagas destinadas à monitoria acadêmica, foram realizadas 271 inscrições de estudantes interessados. Após a seleção, os monitores receberam formação sobre os conceitos básicos de inclusão e mediação educacional.

Em seguida, orientados pelos coordenadores das CONAPNEs do respectivo campus de atuação, os estudantes monitores iniciaram suas atividades acompanhando os estudantes com NEE em sala de aula e em diversas atividades pedagógicas.

A presença dos monitores oferece suporte e segurança aos estudantes com NEE e auxilia o trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes. Os estudantes monitores que estão vivenciando esta experiência têm a oportunidade de aprender sobre o conceito de diversidade e inclusão, além de poderem experienciar a dinâmica do contexto da docência, contribuindo assim para a formação em licenciatura que estão cursando no seu respectivo campus.

Para participar do programa, os monitores devem estar matriculados no curso de graduação do IFRJ. Em sua maioria, por serem estudantes do próprio campus onde desenvolvem as atividades do programa, os monitores podem compreender melhor o

contexto do estudante com NEE atendido pela monitoria. Esse fator tem sido relatado como extremamente positivo, tanto pelos estudantes como pelos docentes e servidores envolvidos na ação.

Ao longo de 7 meses de desenvolvimento do programa, a monitoria acadêmica em inclusão no IFRJ desenvolveu uma série de ações voltadas para a promoção da inclusão educacional de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE). Entre as principais ações, destaca-se a formação, inicial e continuada, em educação inclusiva oferecida aos estudantes monitores, que visa capacitá-los para atuar de maneira eficiente no apoio aos estudantes com NEE. Além disso, a troca de experiências entre os monitores proporcionou um espaço de aprendizagem mútuo e reflexão sobre os desafios da inclusão.

Cumprir destacar que um quarto da carga horária da monitoria acadêmica destina-se à realização de cursos de formação na área da inclusão educacional (presencial ou online) e reunião entre a equipe para formação e organização das atividades acadêmicas.

Frequentemente, são realizados estudos de caso sobre situações específicas da dinâmica do processo educacional dos estudantes com NEE atendidos pela monitoria. Esses estudos de caso também se mostraram fundamentais para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas personalizadas, que respondam as suas necessidades educacionais. Complementando essas ações, o projeto promoveu a sensibilização da comunidade acadêmica para a importância da inclusão, envolvendo servidores (docentes, técnicos administrativos), funcionários terceirizados, famílias e estudantes na discussão sobre o tema.

Os resultados alcançados a partir dessas ações refletem o impacto positivo do projeto no âmbito institucional e na vida dos estudantes com NEE. Um dos principais efeitos foi a ampliação da formação dos estudantes monitores, que passou a desenvolver uma compreensão mais profunda sobre as políticas de inclusão e as práticas pedagógicas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com NEE no ambiente acadêmico.

Essa formação tem contribuído diretamente para o aumento do engajamento dos estudantes com NEE nas atividades pedagógicas, uma vez que o suporte oferecido pelos monitores possibilita uma maior participação nas aulas e demais atividades acadêmicas. Esse engajamento também tem fortalecido as relações sociais dos estudantes com NEE entre seus pares, contribuindo para a construção de um ambiente mais inclusivo.

A melhoria no desempenho acadêmico dos estudantes com NEE é outro resultado significativo que pode ser associado às ações do programa. Ao receberem o suporte contínuo dos monitores, esses alunos têm apresentado melhores condições para superar

algumas das barreiras que dificultaram seu processo de aprendizagem, o que se refletiu em um melhor rendimento nas disciplinas. Esse resultado dialoga diretamente com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), que estabelece a responsabilidade das instituições de ensino em promover uma educação de qualidade e acessível para todos. O projeto de monitoria acadêmica em inclusão do IFRJ se alinha a esse princípio para fornecer o suporte necessário para que os estudantes com NEE tenham igualdade de oportunidades e possam desenvolver seu potencial acadêmico.

Além dos benefícios diretos para os estudantes com NEE, o projeto também gerou maior visibilidade institucional sobre as questões de inclusão educacional. A sensibilização da comunidade acadêmica e a orientação oferecida aos docentes e servidores do IFRJ tem colaborado para a construção de uma cultura institucional que valoriza a diversidade e a inclusão. Isso demonstra que o programa não atende apenas às necessidades imediatas dos estudantes com NEE, mas também promove uma mudança significativa no ambiente acadêmico, consolidando o compromisso do IFRJ com a educação inclusiva, conforme preconizado pela LBI (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pelo projeto de monitoria acadêmica em inclusão educacional do IFRJ evidenciam impactos positivos tanto para os estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) quanto para os estudantes monitores e a comunidade acadêmica em geral. Os resultados demonstram que o projeto contribuiu significativamente para a ampliação da formação dos monitores na área de educação inclusiva, promovendo maior engajamento dos estudantes com NEE nas atividades pedagógicas, melhora no seu desempenho acadêmico e fortalecimento das relações sociais no ambiente escolar. A visibilidade institucional sobre a inclusão também foi ampliada, resultando em um aumento da conscientização sobre a importância de práticas inclusivas no âmbito do IFRJ.

Apesar dos avanços, o projeto ainda se encontra em uma fase inicial, o que implica em algumas limitações. Entre elas, a necessidade de acompanhamento contínuo para avaliação mais aprofundada dos impactos de longo prazo, especialmente no que tange à sustentabilidade das ações e à ampliação do alcance do projeto em todos os campi do IFRJ. Outra limitação é a falta de recursos para ampliar a formação continuada dos monitores e dos docentes, assim como a necessidade de aumentar a equipe responsável

pelo acompanhamento pedagógico e administrativo das ações. Essas questões precisam ser consideradas para que o projeto possa evoluir e se consolidar como uma iniciativa permanente e de maior abrangência.

Como possibilidade de contribuição para futuras ações, é necessário investir na ampliação do projeto para outros cursos e campi do IFRJ, além de fortalecer parcerias com setores externos, como organizações e iniciativas voltadas para a educação inclusiva. A formação de uma rede de apoio entre os monitores, docentes e coordenações locais também pode potencializar os efeitos do projeto. Ademais, futuras ações podem incluir a criação de um sistema de avaliação contínua dos estudantes com NEE, a fim de identificar suas necessidades e progressos de forma mais detalhada, além da implementação de programas de formação mais frequentes para servidores e alunos sobre inclusão educacional, garantindo que a Política de Educação Especial Inclusiva do IFRJ se concretize de maneira efetiva e abrangente.

AGRADECIMENTOS

Ao IFRJ, pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> >. Acesso em: 06 fev. 2020.

CARLOU, Amanda; NASCIMENTO, Andréa. **A Trajetória Da Construção Da Política De Educação Especial Na Perspectiva Inclusiva no IFRJ**. Trabalho apresentado no 4º Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica, UFRN. Brasília, 2024.

IFRJ. Conselho Superior. Resolução nº 125, de 05 de junho de 2023. **Aprova a Política de Educação Especial Inclusiva no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ**. Rio de Janeiro: 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROEX/resolucao_125-2023_-_politica_de_educacao_especial_inclusiva.pdf

LANA, Ana Alice De Freitas et al.. **Reflexões sobre a monitoria acadêmica do napne como estratégia para a inclusão educacional de alunos com deficiência visual no ensino médio técnico integrado em química**. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/101065> . Acesso em: 26/10/2024.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso. acessos em 26 out. 2024. Epub 25-Nov-2021. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>.

Oliveira, Juliane De; Vosgerau, Dilmeire Sant'anna Ramos. Práticas De Monitoria Acadêmica No Contexto Brasileiro. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 31, n. 64, e18, jan. 2021. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062021000100116&lng=pt&nrm=iso. acessos em 26 out. 2024. <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s14492>.

RAMOS, Dayane Da Silva et al.. **Reflexão sobre a trajetória formativa de alunos com deficiência intelectual no contexto da educação de jovens e adultos na interface da educação profissional**. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/96057> . Acesso em: 26/10/2024 17:22

SILVA, Isabele Mello Da et al.. **Acessibilidade em laboratórios didáticos de química: um caminho para a inclusão**. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/101201>. Acesso em: 26/10/2024 17:05

SILVA, Isabele Mello Da et al.. **O papel da educação especial na perspectiva inclusiva na educação básica, técnica e tecnológica: um estudo de caso**. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/96688> . Acesso em: 26/10/2024.